

RELATÓRIO DE OFICINA PARTICIPATIVA
INFORMAÇÕES GERAIS
<p>Tema da Oficina: Oficina Participativa de Consulta, Livre Prévia e Informada – CLPI.</p> <p>Objetivo da Oficina: Consulta Pública do Programa Jurisdicional de REDD+ do Estado do Tocantins.</p> <p>Comunidade: Comunidades tradicionais e Agricultores Familiares dos Municípios de: Palmas, Araguacema, Caseara, Aparecida do Rio Negro, Paraíso, Dois Irmãos, Barrolândia, Cristalândia, Porto Nacional.</p> <p>Local: Escola de Gestão Fazendária (EGEFAZ), Palmas – TO</p> <p>Data: 21, 22 e 23 de março de 2025</p> <p>Duração: 3 dias</p>
EQUIPE ENVOLVIDA
<p>Moderador (a): Mateus Romanha (Plantuc), Tiago Costa, Silvana Faria Guedes Coelho</p> <p>Relator (a): Alana Cristina Moreira de Santana e João Marcos Pinheiro Santos</p> <p>Facilitador (a) Gráfico: Paulo Henrique Vieira de Carvalho</p> <p>Técnico (a) em Comunicação: Ana Carolina Gonçalves dos Santos, João Celino Gualberto Pereira</p> <p>Recreador (a): Duanny Macario de Souza Silva e Maria Goreti Canguçu Leal</p> <p>Articulador (a) Comunitário(a): Jucilene Almeida</p> <p>Representante do Poder Público: Isabel Acker (SEMARH), Ravenna Vieira (SEMARH) e Fabio Henrique Fragoso de Sousa (SEMARH).</p> <p>Outros participantes com papel relevante: Roseneide Sena (Consultora Tocar)</p>
DIA 01: SEXTA-FEIRA, 21 DE MARÇO DE 2025
PARTICIPANTES
<ol style="list-style-type: none"> 1. Alice Alves dos Santos (Ponte Alta) 2. Catarina Ronan Renex (Caseara) 3. Cheilla Ebli Alves Almeida (Ponte Alta) 4. Daniela Fonseca (Aparecida do Rio Negro) 5. Delfino Barros de Abreu (Paraíso) 6. Gracielle de P. Borges (Dois Irmãos) 7. Hilário Ferreira da Silva (Barrolândia) 8. Ismailde Vieira de Oliveira (Araguacema) 9. Jadson Monteiro de Andrade (Araguacema) 10. Joana Conceição de Oliveira (Barrolândia) 11. João José Neto (Miracema) 12. Leonor (Barrolândia) 13. Márcio do Jeová (Caseara) 14. Maria da Conceição Silva Nascimento (Caseara) 15. Maria do Carmo de Carvalho (Aparecida do Rio Negro) 16. Maria do Solano da Silva (Palmas) 17. Maria Eduarda Carvalho (Caseara) 18. Maria Ferreira (Aparecida do Rio Negro)

- | |
|--|
| <p>19. Maria Guanamar S. de Souza (Palmas)
20. Neilton Alves da Silva (Ponte Alta)
21. Osmar Filho Borges (Miracema)
22. Percilio Gonçalves (Cristalândia)
23. Rhana Lages (Barrolândia)
24. Sirlene Maria de Oliveira (Araguacema)
25. Vicente Ribeiro dos Santos (Palmas)
26. Waslen Nonato Silva (Palmas)</p> |
|--|

Abertura:

A abertura da oficina, por volta das 17 hrs, foi realizada na tarde do primeiro dia das atividades. Os participantes, Agricultores Familiares (AF), fizeram o credenciamento e foram recepcionados com um café da tarde. Em seguida todos foram direcionados para o auditório.

A representante da Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (SEMARH), Isabel Acker, saudou a todos com palavras de boas-vindas, apresentando a presidente da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Tocantins (FETAET), Jucilene Almeida, que na sequência agradeceu a todos os presentes e desejou um ótimo aprendizado as pessoas presentes.

Mateus Romanha (Moderador), iniciou a apresentação dos slides da oficina mostrando como seria o encontro durante os dias de sua ocorrência. Ele solicitou que os agricultores familiares se dividissem em grupos baseados na faixa etária. Após isso, começaram as apresentações dos participantes (AF) de modo individual. Cada um informou seu nome, cidade de residência e entidade que estava representando. Depois, foram apresentados os integrantes que estavam atuando na equipe do JREDD+, os pontos focais, assim como toda a equipe de trabalho envolvida no dia.

Foram exibidos em slides os objetivos da oficina, incluindo a programação do encontro e a dinâmica de como seriam as atividades. Foi solicitado que quem tivesse alguma sugestão ou dúvida, pudessem sentir-se livres para falar ou perguntar.

Não houve manifestações para esclarecimento de dúvidas após a primeira apresentação.

Na continuação do propósito, Isabel (SEMARH) perguntou aos participantes: “o que viemos fazer aqui?”.

Jadson Monteiro de Andrade, do PA de Tarumã respondeu: “o que há muito tempo não fazemos, que é discutir políticas públicas e formalizar políticas para garantir o futuro das crianças”.

Joana Conceição de Oliveira, de Barrolândia, disse: “foi a proposta de preservação da natureza”.

Isabel (SEMARH) perguntou: “alguém aqui já tinha ouvido falar de JREDD+?”

Osmar (Miracema) respondeu: “eu nunca tinha ouvido falar, ou talvez já tivesse ouvido falar de outra forma”.

Delfino Barros de Almeida, de Paraíso do Tocantins, respondeu: “vim por curiosidade, para aprender sobre JREDD+”.

Maria Ferreira, de Aparecida do Rio Negro, respondeu: “nunca tinha ouvido falar, mas sabia que JREDD+ tinha alguma coisa a ver com agricultura familiar e que era algo que eu deveria levar para outras pessoas para terem conhecimentos sobre a importância, que vou sair com o currículo cheio do evento”.

Isabel (SEMARTH), dando continuidade, informou sobre as oficinas que serão realizadas em todo o Estado, que o JREDD+ é um programa que fala sobre o coletivo. Explicou o que significa o termo jurisdicional, em sua fala disse: “é um programa de responsabilidade do Estado, envolvendo diversos atores”. Apresentou o mapa das oficinas por região e nomes das localidades onde serão realizadas, o período para conclusão e sobre a audiência pública prevista para julho”.

Ravenna (SEMARTH) informou sobre a composição do programa JREDD+, sobre as capturas das fotos, as falas, as presenças, pois tudo era necessário ficar evidenciado. Completou dizendo que se tivesse algum desconforto quanto a isso por parte dos participantes, que poderiam se manifestar.

Isabel (SEMARTH) fez menção ao primeiro fórum realizado em 2023 para tratar sobre o JREDD+ Jurisdicional e perguntou: “o que lembram do fórum?”.

Joana Conceição de Oliveira, de Barrolândia, falou: “lembro sobre a importância do sequestro de carbono”.

Outro participante, não identificado, mencionou: “foi dito sobre a importância das árvores em pé, não deixei arrancar nenhuma árvore da fazenda após o fórum, ao saber da importância das árvores em pé”.

Isabel (SEMARTH) mencionou que após a etapa de consulta pública, as informações serão disponibilizadas para acesso online durante 30 dias. Trata-se de uma fase que é crucial para a construção do Programa JREDD+. Frisou que no domingo, último dia de oficina, os participantes deverão escolher quatro representantes para receber demandas, passar informações para os grupos de pessoas interessadas e, sobretudo, contribuir na audiência pública.

Tiago (Moderador) encerrou o primeiro dia de oficina em torno das 19 hrs.

DIA 2: SÁBADO, 22 DE MARÇO DE 2025

PARTICIPANTES

1. Adão Nazaré Martins (Araguacema)
2. Alice Alves dos Santos (Ponte Alta)
3. Catarina Ronan Renex (Caseara)
4. Cheila Ebli Alves Almeida (Ponte Alta)
5. Daniela Fonseca (Aparecida do Rio Negro)
6. Delfino Barros de Abreu (Paraíso)
7. Francisca Belo (Dois Irmãos)
8. Hilário Ferreira da Silva (Barrolândia)
9. Ismailde Vieira de Oliveira (Araguacema)
10. Jadson Monteiro de Andrade (Araguacema)
11. Jheyson Macdonald (Araguacema)

12. Joana Conceição de Oliveira (Barrolândia)
13. João José Neto (Miracema)
14. Leonor (Barrolândia)
15. Márcio do Jeová (Caseara)
16. Maria do Carmo de Carvalho (Caseara)
17. Maria Ferreira (Aparecida do Rio Negro)
18. Neilton Alves da Silva (Ponte Alta)
19. Osmar Lopes da Silva (Paraíso)
20. Osmar Filho Borges (Miracema)
21. Percilio Gonçalves (Cristalândia)
22. Rhana Gomes Lopes (Barrolândia)
23. Sirlene Maria de Oliveira (Araguacema)
24. Silvana (Palmas)
25. João Marcos Pinheiro Santos (Palmas)
26. Paulo Henrique V. de Carvalho (Palmas)
27. Alana Cristina M. de Santana (Palmas)
28. Tiago Costa Rodrigues (Palmas)
29. João Celiro Gualberto (Palmas)
30. Duanny Macário de Souza Silva (Palmas)
31. Mateus F. Romanha (São Paulo)
32. Maria Guanamar S. de Sousa (Palmas)
33. Vicente Ribeiro dos Santos (Palmas)
34. Maria da Conceição (Aparecida do Rio Negro)
35. Waslen Nonato Silva (Palmas)
36. Fabia Lázaro (Palmas)
37. Isabel de Souza Acker (Palmas)
38. Maria Francisca C. Mendonça (Paraíso)
39. Maria Goreti C. Leal (Palmas)
40. Ravenna P. P. Vieira (Palmas)
41. Roseneide M. Sena Caldera (Palmas)
42. Fabio Henrique Fragoso de Souza (Palmas)
43. Maria do Socorro Silva (Porto Nacional)
44. Madya Mayara dos Santos (Aparecida do Rio Negro)
45. Vicente Ribeiro dos Santos (Aparecida do Rio Negro)
46. Waslen Nonato Silva (Aparecida do Rio Negro)
47. Ana Carolina C. Z. dos Santos (Palmas)
48. Maria Eduarda Carvalho (Caseara)
49. Jucilene A. D. S. Sousa (Palmas)

Abertura

Iniciou-se, por volta das 08:30 hrs, o segundo dia realizando o credenciamento e a entrega dos crachás. Mateus Romanha (Moderador) saudou todos com um bom dia e passou a palavra para a presidente da FETAET, Jucilene Almeida, que iniciou os trabalhos passando uma mensagem junto com um grupo de pessoas, em que cada uma segurou pequenos papéis com palavras envolvendo ações e recursos do ecossistema: conservação, meio ambiente, natureza, água e terra. Finalizou a atividade desejando que todos tivessem um frutífero encontro.

Em seguida, Isabel (SEMARH) Acker avisou que, ao longo da oficina iriam ser realizados trabalhos em grupos. Mais uma vez, foi reforçado pela representante pública, que a SEMARH é que está empenhada no Programa Jurisdicional de JREDD+ em todo o Estado do Tocantins.

A importância das florestas e mudanças do clima

Na sequência, Mateus (Moderador) começou a primeira dinâmica do dia com uma pergunta direcionada aos agricultores familiares, também exibida nos slides: “por que as florestas são importantes”.

Em resposta, Cheilla, de Ponte Alta, respondeu: “estamos sofrendo por falta de água, o calor está muito grande onde as frutas estão mudando seu ciclo reprodutivo”.

Leonor Contanto Chave, de Barrolândia, disse: “as florestas são o equilíbrio da natureza, sem a florestas temos um desequilíbrio muito grande, e no Brasil já foi desmatado o suficiente, as florestas é vida”.

Daniela Fonseca, de Aparecida do Rio Negro, disse: “teve muito desmatamento em Jerusalém, temos o intuito de sobreviver da terra, o que desmatam tem que desmatar com consciênci, fazer suas reservas”. Jerusalém, citado pela participante, é a Associação Nova Jerusalém, localizada no município de Aparecida do Rio Negro.

Maria Ferreira, de Aparecida do Rio Negro, disse: “porque as florestas são importantes para todos os seres vivos, o homem hoje em dia está desmatando sem limite, muitas doenças estão aparecendo por conta desses desmatamentos, as doenças estão aparecendo nos frutos devido os desmatamentos onde eles não estão mais bonitos e nem sadio, não ver mangas sadias mais. Olha o tanto que estamos ficando sem água, estamos vendo a diferença entre um inverno e outro, onde estamos ficando com falta de água”.

João Neto, de Miracema, disse: “no município de Miracema estamos em um assentamento de 30 famílias, nossos córregos estão acabando, a produção de abelha nativa está sendo prejudicada pelo veneno do vizinho e desmatamento”.

Outro participante, não identificado, disse: “no código florestal diz que temos que preservar nossas florestas, e nós devemos colocar a floresta como extinção, porque o desmatamento está fora do normal, quem tem dinheiro pode tudo, compram licenças, infelizmente, esse é o país que nós vivemos, penaliza muito os pequenos, e a mãe terra pede socorro. Os grandes não cumprem a lei, basta que os órgãos façam valer o que está no código florestal, a partir do momento que eles fazer o que está na lei, nossas florestas serão preservadas, o pequeno é o que mais produz e o que mais preserva, os nossos córregos que não secavam, agora estão secando porque desmataram as nascentes, se não colocar as florestas em extinção não vai ter mais sobreviventes nessa terra”.

Maria Guanamar, representante da FETAET, disse: “é importante porque é a biodiversidade, é a vida das pessoas, dos animais, nós nos consideramos guardiões da floresta viva. Onde tem menos floresta, o ciclo de água é menor, porque é a regularização do clima. Quem já viveu na floresta sabe que é mais fresquinho, é a garantia dos recursos naturais, onde tem floresta em pé a gente percebe que há diversidade de plantas medicinais”.

Delfino Abreu, de Paraíso do Tocantins, disse: “somos seres viventes na terra, a mata e o cerrado são o pulmão do mundo. Nos outros países, muitos deles já não tem mais o pulmão, e o pulmão é o único órgão do corpo que não tem transplante”.

Nós precisamos do pulmão chamado mata florestal e o Brasil é o pulmão do mundo”.

Após esses diálogos, Silvana e Thiago reforçaram a ideia lendo as falas dos agricultores familiares de forma resumida.

Mateus (Moderador) informou e explicou sobre a próxima atividade, que foi realizada em grupos para debaterem sobre como percebiam o clima nos seus territórios. Após esse momento, os grupos, três no total, retornaram para a plenária e fizeram as apresentações do que foi discutido.

O **Grupo 1**, por meio de desenho, fez uma demonstração de uma área preservada, com animais e de uma desmatada, com fumaças, rios secos, com plantações de soja, frisando que agricultores pequenos e grandes devem preservar. Salientou que precisam preservar as regiões que têm minas de água. Pontuaram que o agronegócio polui os rios. Os frutos não estão mais produzindo igual antes, que o Governo do Estado e o Federal tratam de forma diferente os pequenos e grandes agricultores, penalizando sempre os pequenos, têm menos incentivos para os agricultores familiares. Relataram também que o Governo pede que se adequem às normas, mas eles mesmos não sabem orientar e avaliar. Vetam a capacidade de produzir e sonhar. Enfatizou ainda que é necessário ter condições para se manter, pois precisam vender.

O **Grupo 2** apresentou por meio de ilustrações os cenários que podem acontecer se nada for feito. No desenho tinha rios secos, animais mortos, fogo, plantas mortas e um redemoinho. Questionaram: “vamos deixar isso acontecer?”. Em outro cartaz, disse que as tecnologias são importantes, as chuvas são importantes, a presenças de todos no encontro fazendo alguma coisa em prol do meio ambiente também é importante. Desejaram que todos possam levar a mensagem para seus municípios, que o Brasil é muito grande e pode plantar muito. Consideraram ainda, que tinham a impressão de que as empresas não têm consciênciia do que estão fazendo. Um membro do grupo afirmou que em sua casa está tendo muitos grilos por causa dos desmatamentos na região que mora. Finalizaram cantando uma música com letras abordando o meio ambiente.

O **Grupo 3**, também adotando ilustrações, apresentou em três momentos, remetendo tempos passados; o presente e o futuro, simulando o passado com muita chuva, florestas em pé, com pássaros, no presente, com poucos peixes, com efeito estufa, no futuro, com uma mensagem escrita se continuasse do jeito que está indo, com rios secos, com erosões, os animais sem ter onde sobreviver, vai ficar zero, sem nada na natureza, a geração futura terá que se basear na geração passada, finalizaram cantando uma canção passando uma mensagem abordando um pouco do que estamos passando por meio de um hino, de acordo com o que diz fé cristã. Completaram relembrando, que nos tempos de seus pais a vida era outra, os pedaços pequenos de terra foram cercados por plantadores de soja, muitos foram obrigados a mudar, e isso causa uma dor, estão vivendo à mercê do que está acontecendo, tendo que aceitar condições, mas sem querer aceitar.

Mateus Romanha (Moderador), deu sequência a exibição dos slides, em que a mensagem transmitiu as consequências do desmatamento e da degradação ambiental.

Isabel (SEMARNH) deu sequência a apresentação, exibindo os elementos que contribuem com o efeito estufa, como queimadas, desmatamento, queima de combustíveis fósseis e indústria. Explicou como ocorre esse efeito, de onde partem

as emissões. Enfatizou que uma das decisões das autoridades foi pensar em um mecanismo financeiro que tivesse a intenção de conter mudanças climáticas, e o JREDD+ é resultado disso. Foi exibido a sigla do JREDD+, explicando que o “J” refere-se à “Jurisdicional” referindo-se que é um programa à nível da jurisdição estadual, quanto o REDD+ significa Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação, ainda foi explicado que o “+” que acompanha a sigla relaciona-se com atividades de conservação da floresta, como o serviço prestado pelos povos tradicionais.

O JREDD+ como Política Pública

Isabel (SEMARH) deu continuidade e perguntou para os participantes se entendiam sobre o significado de estoque de carbono. Não souberam responder. Então a representante da SEMARH explicou: “é uma forma de manter a floresta, que é um serviço ambiental do JREDD+, preservar é um esforço que se consegue trazer para dentro do JREDD+, o esforço é de um todo, que tem como resultado a melhoria do meio ambiente. O JREDD+ vai precisar de marcos, de leis, de arranjos legais, de uma segurança que os recursos serão distribuídos com a finalidade pregada, respeitar o código florestal, não tem a intenção de que alguém saia daqui doutor em JREDD+, mas entender como funciona essa política pública, o programa não está pronto, está sendo construído”. Citou ainda que o programa terá três linhas: uma voltada ao agronegócio, para entender como ter um bom resultado em relação à redução do desmatamento e degradação, o que é necessário para que de fato isso ocorra; outra voltada a conversa e valorização de quem faz o serviço de conservação, quem produz sem degradar e desmatar, direcionado aos povos indígenas, comunidades tradicionais, os povos quilombolas e agricultores familiares; e, por fim, a frente do fortalecimento institucional, do Governo. Disse: “A gente está trabalhando aqui com o que cada um já faz, onde cada um precisa melhorar para chegar nesse resultado, e como a gente vai fazer isso.”

Daniela Fonseca, de Aparecida do Rio Negro, pediu a palavra e disse: “apenas os pequenos produtores que fazem suas reservas, o agronegócio só produz, os filhos não têm mais expectativa na agricultura familiar”.

Na sequência, Isabel (SEMARH) mencionou que “o JREDD+ vem para promover, para incentivar, a atividade produtiva sustentável, a conservação das florestas, a redução do desmatamento e redução da degradação florestal. Esses são os principais objetivos desse programa.” Em seguida, foi exibido nos slides uma linha do tempo sobre o começo do JREDD+, explicou-se como serão as vendas dos créditos de carbono, o mercado de carbono e o processo de certificação para comprovação no mercado internacional, obedecendo as Salvaguardas, dentro da legislação, mencionando ainda os subprogramas que estão compondo o projeto como um todo. Na continuação, os participantes foram questionados sobre o porquê dos Povos Indígenas, Povos Quilombolas, Comunidades Tradicionais e Agricultores Familiares – (PIQPCTAF) serem importantes para o Programa.

Um participante, não identificado, disse: “as famílias têm conhecimento acumulado na hora de plantar, para mim eles têm conhecimento acumulado há muito tempo, e que nós devemos apropriar desses conhecimentos, repassar para as novas gerações”.

Uma outra participante, não identificada, pediu o microfone e perguntou para a equipe de trabalho envolvida: “qual a importância dos PIQPCTAF no programa?

Maria Guanamar, representante da FETAET, disse: “vocês que estão aqui são lideranças locais, foram selecionadas para estarem aqui, vão ter a resposta do que significa JREDD+. Devem se atentar para entender o significado do JREDD+ e qual papel dentro dessa política, vocês são essenciais, têm responsabilidade grande, são multiplicadores. Vão ter potencial para repassar o que está sendo tratado aqui”.

PIQPCTAF e as Salvaguardas Socioambientais

Foram exibidos slides falando sobre as Salvaguardas, com explicações da Rose (Consultora Tocar) que questionou os participantes se achavam arriscado a política que estava sendo falada.

Osmar, de Miracema, disse: “sim, eles chegarem e tomar tudo”.

Outro segundo participante disse: “espero que o JREDD+ não implique na perda do meu espaço”.

Um terceiro participante disse: “sim, tem uma certa desconfiança, medo de tirar uma vara até para pescar, ter algum satélite fiscalizando”.

Um quarto participante disse: “não tenho medo, espero que as garantias propostas sejam incluídas no projeto, temos o carbono, mas temos que provar que temos”.

Rose (Consultora Tocar) enfatizou que é necessário garantir que o JREDD+ venha para beneficiar e não para prejudicar, o Governo irá assumir que não está ferindo nenhum dos direitos. Afirmou ainda que não estão criando uma nova legislação, mas sim promovendo uma manutenção dos direitos.

Rhana, de Barrolândia, pediu a fala e disse: “estamos desacreditados de instituições estaduais como, Naturatins e Ruraltins, precisam rever as leis que eles mesmos criaram, não conseguimos ter informações junto a esses órgãos”.

Rose (Consultora Tocar), em resposta, disse que os Estados têm por obrigação seguir as sete salvaguardas. Para iniciar, pede que a participante Maria Eduarda, de Palmas, leia a primeira salvaguarda, em seguida explica que a salvaguarda 1 refere-se a respeitar as leis ambientais, como o código florestal; salvaguarda 2 trata da governança transparente explicando que o diálogo sobre o REDD+ vem ocorrendo há tempos, ainda menciona que a ouvidoria do programa contribui para esse canal de comunicação mantenha-se aberta; salvaguarda 3 trata de respeito ao conhecimento dos povos, que inicia-se pelo mapeamento dos povos do estado e em seguida conhecer a cultura e os costumes de cada, garantindo seus modos de vida; salvaguarda 4 trata da participação plena e efetiva das partes interessadas e falar a língua do povo, explicando que está se utilizando diversos métodos de comunicação para que os participantes compreendam o que está sendo passado; salvaguarda 5 fala sobre proteger as florestas e ecossistemas naturais, valorizando a biodiversidade, explicando que o REDD+ não inclui o sequestro de carbono por monoculturas; salvaguarda 6 fala sobre a reversão, explicando que após um período de tempo o nível de degradação pode voltar a aumentar, e todos os esforços devem evitar isso; na salvaguarda 7 explica do risco de vazamento, que pessoas que desmatam no Tocantins podem fugir para outros estados e começar a desmatar e degradar nos estados vizinhos. Frisou que o JREDD+ não pode alterar o modo de vida das comunidades. O programa recomenda que deve ser mantida a área preservada, não pode haver reversão. Explicou também que um crédito de carbono equivale a uma tonelada de estoque de carbono.

Dando sequência a dinâmica, Rose (Consultora Tocar) explicou a próxima atividade a ser feita nas salas, com os mesmos grupos que já estavam formados, para responderem as perguntas: “o que precisa para as salvaguardas serem cumpridas?”, “quais instrumentos que já existem e ajudam a cumprir as salvaguardas?”, e se não existir, os grupos devem refletir e propor. Foi concedido o prazo de vinte minutos.

O **Grupo 1** manifestou que se deve envolver as diferentes associações, federações e os sindicatos. É necessário preparar o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) para a realidade local, fortalecer a ouvidoria do JREDD+, fortalecer as associações nas defesas das ações coletivas e investir em capacitações tecnológicas através da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) e Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE).

O **Grupo 2** acredita que precisam constantemente de assistência técnica, de profissionais capacitados, pois até carro está faltando. Também foi dito que é necessário divulgar e informar sobre o funcionamento da ouvidoria. Outras questões foram apontadas: orientação para o manejo do fogo da forma correta; fazer fiscalização de forma efetiva; necessidade de reestruturar os órgãos de fiscalização. Ao final da apresentação, foi pontuado que mesmo que o agronegócio tenha grande peso na balança comercial, os agricultores familiares também são importantes para o desenvolvimento do Estado.

O **Grupo 3** concorda com o beneficiamento do JREDD+, já que não tem máquinas e verbas para trabalhar, necessitando constantemente de apoio para a comercialização: estruturação de feiras e venda das produções que trazem das roças. Carecem de formação de pessoas para a comunicação, para vender seu produto. Necessário também fortalecer os gestores das associações para lançarem os projetos, pois não tem o conhecimento necessário para elaborar os documentos prevendo o que está na lei, o que pode e o que não pode ser feito.

Governança

Rose (Consultora Tocar) retomou os slides, apresentando sobre a “Estrutura de Governança e Ouvidoria” do JREDD+. Enfatizou que o JREDD+ é uma política pública e uma política pública não é feita apenas pelo Estado e pelos governantes, para seu funcionamento é necessário a participação dos beneficiários de forma ativa e atuante. Cita a segunda salvaguarda, que fala de governança, participação e transparência, sendo fundamental a existência da ouvidoria, um canal que todos possam acessar para reclamar, para sugerir, para elogiar.

Explicou que dentro da Estrutura de Governança existe um representante escolhido que ocupará o espaço em nome da FETAET. Disse: “Essa pessoa, essa representação, é aquela que vai garantir que tudo o que o Estado está fazendo vai chegar para vocês, comunicando de forma transparente tudo o que está acontecendo e trazer o que vocês querem para dentro da estrutura do programa. Então, ela vai ser esse canal de comunicação, porque nem todo momento é possível reunir todo mundo.”

Por fim, acrescentou que: “A FETAET vai estar em duas unidades de governança: na CEVAT (Comissão de Efetividade e Vigilância Socioambiental), que é uma unidade vinculada ao Conselho Estadual do Meio Ambiente (COEMA), tem um assento, vai ter que ser indicada uma representação que vai defender todos os

agricultores familiares; mas ela também estará no Conselho Diretor do Fundo Clima. Além da FETAET estar na CEVAT, que vai cuidar da transparência, da defesa, da execução do programa, a FETAET também estará deliberando, cuidando e acompanhando a execução do recurso financeiro.”

Em tempo, detalhou a Estrutura de Governança. Apresentou sua matriz, estruturada em quatro colunas, em que na primeira coluna são descritas as ações necessárias, na segunda “Quem é o responsável por essa ação”, na terceira “Quem pode participar e opinar” e na quarta “Quem toma a decisão final”. Explicou que, como mostrado na linha do tempo, essas são as ações necessárias para chegar na execução do programa em 2026 e reforçou que o programa está em construção. Exemplificou algumas das ações que já ocorreram e ainda ocorrerão, como: a Regulação; o Planejamento e Gestão; o Monitoramento; e a Auditoria e verificação do JREDD+.

Maria Guanamar, FETAET pediu a palavra e falou sobre a necessidade de ter clareza sobre o que é representação e representatividade. Disse que: “A FETAET por ser um órgão jurídico e ele tem um registro sindical, ela representa todos os trabalhadores rurais, agricultores e agricultoras familiares do Estado de Tocantins e até 4 módulos rurais. No entanto, a representatividade são dos filiados, seus sindicatos, pessoas que participam. E a gente tem a compreensão de que a gente não abarca toda a nossa categoria. Existem também outros órgãos que também são agricultura familiar que não se sentem representados pela FETAET. E nós, na hora de mobilizar, a gente dividiu as vagas nesse espaço (60 vagas) proporcional. Nós dividimos para as quebradeiras de coco, FAERTO que representa as associações dos municípios, MST, para comunidades tradicionais e pescadores. Dividimos proporcional, a gente fez toda a mobilização. Só que nem todo mundo consegue se organizar de um dia para o outro, só teve uma semana para mobilizar. Aí as pessoas disseram ‘não tenho condição de estar presente rápido’. Então o Bico do papagaio eu acredito que vai estar representado por todos esses povos lá nesse espaço, porque a gente teve um tempo maior.”

Isabel (SEMARH) retomou a fala avisando que todas as associações, sindicatos e cooperativas precisam estar em dia para receber os recursos do programa. Em síntese, o recurso vai chegar para as localidades através dessas organizações, caso não estiverem regularizados, será necessário agilizar o processo para receber os recursos assim que estiver disponível no Fundo Clima. Foi ainda destacado o papel do Fundo Clima, que será o mecanismo financeiro responsável pela gestão e distribuição dos recursos provenientes da comercialização de créditos de carbono e de outras fontes vinculadas ao programa. O Fundo Clima contará com estrutura própria de governança, responsável por receber, gerir e aplicar os recursos conforme os critérios de repartição de benefícios definidos e deliberados. Essa estrutura tem como objetivo garantir que a destinação dos recursos respeite as prioridades estabelecidas nas oficinas participativas, reforçando a transparência e a legitimidade do processo decisório.

No final do segundo dia de oficina, foi solicitado aos participantes que avaliassem o encontro do dia: em ótimo, bom ou ruim. Os presentes poderiam, caso se sentissem à vontade, justificar suas considerações.

A oficina finalizou por volta das 18:00 hrs.

DIA 03: DOMINGO, 23 DE MARÇO DE 2025

PARTICIPANTES

1. Adão Nazare Martins (Araguacema)
2. Alice Alves dos Anjos (Ponte Alta)
3. Catarina Ronan Renex (Caseara)
4. Cheila Ebli Alves Almeida (Ponte Alta)
5. Daniela Fonseca (Aparecida do Rio Negro)
6. Delfino Barro de Abreu (Paraíso)
7. Hilário Ferreira da Silva (Barrolândia)
8. Isamailde Vieira de Oliveira (Araguacema)
9. Jadson Monteiro de Andrade (Araguacema)
10. Jheyson Macdonald (Araguacema)
11. Joana Conceição de Oliveira (Barrolândia)
12. João José Neto (Miracema)
13. Leonor (Barrolândia)
14. Márcio do Jeová (Caseara)
15. Maria da Conceição Silva Nascimento (Aparecida do Rio Negro)
16. Maria do Carmo (Caseara)
17. Maria Ferreira (Aparecida do Rio Negro)
18. Neilton Alves da Silva (Ponte Alta)
19. Osmar (Miracema)
20. Rhana (Barrolândia)
21. Sirlene Maria de Oliveira (Araguacema)
22. Percílio Gonçalves (Cristalândia)
23. Márcia Eduarda Carvalho (Caseara)
24. Vicente Ribeiro dos Santos (Aparecida do Rio Negro)
25. Silvana Flavia Guedes Coelho (Palmas)
26. Tiago Costa Rodrigues (Palmas)
27. João Marcos Pinheiro Santos (Palmas)
28. Duanny Macário de Souza S. (Palmas)
29. Ana Carolina O. Z. dos Santos (Palmas)
30. Paulo Henrique V. de Carvalho (Palmas)
31. Jucilene A. D. S. Sousa (Palmas)
32. Gracielle de O. Borges (Palmas)
33. João Celino Guarlberto (Palmas)
34. Maria Guanamar S. de Sousa (Palmas)
35. Alana Cristina M. de Santana (Palmas)
36. Werlem Nenote Silva (Palmas)
37. Maria de Sousa da Silva (Palmas)

Abertura

Iniciou-se o último dia da oficina às 08:30. Todos os presentes na plenária foram cumprimentados com bom dia por Mateus (Moderador), e a participante Joana Conceição de Oliveira, de Barrolândia, cantou um hino, dando início a dinâmica.

PIQPCTAF e a repartição de benefícios

Rose (Consultora Tocar) iniciou falando sobre como irá funcionar a implementação da política pública, referente a repartição de benefícios, às partes interessadas no programa e possíveis soluções para os problemas enfrentados no cotidiano dos participantes. Explicou que a repartição de benefícios ocorrerá de forma equitativa. A proposta se baseia na divisão percentual de 50% para o Governo no subprograma, para fortalecimento institucional, ou seja, o recurso deve ser destinado exclusivamente para fortalecer a estrutura produtiva, por meio de

estruturas coletivas necessárias no âmbito do território, como estradas e pontes. E os outros 50% serão divididos de forma igualitária para todos que produzem no Estado e precisam reduzir o desmatamento (25% para o setor do agro e 25% para o PIQPCTAF). Enfatizou que os recursos pleiteados para o JREDD+ deverão ser aplicados para atender demandas dos PIQPCTAF, de forma coletiva, contribuindo com a redução de gases poluentes. Mostrou qual será as porcentagens de recebimento das partes interessadas para o programa, como irão acessar o recurso, as propostas para serem executadas e demais informações.

Rhana pediu a fala e disse: “o JREDD+ precisa ter atenção sobre a forma que o recurso irá chegar para os agricultores, as associações não estão preparadas para receber os recursos”.

Rose (Consultora Tocar), em resposta, disse: “não será necessário procurar empresas privadas para elaborar os projetos, quem vai cuidar disso será a CEVAT e o conselho diretor do Fundo Clima, será elaborado dentro da legalidade da legislação que existe”.

Identificação de ações importantes

Mateus (Moderador) reforçou a fala sobre a divisão dos recursos e sobre o que poderá ser apoiado pelo programa. Citou exemplo de iniciativas individuais, que não serão apoiadas, pois a proposta visa atender os agricultores familiares de modo coletivo.

Os grupos foram convidados para as salas com o objetivo de promover a discussão sobre o destino dos investimentos e definir o que é importante para continuar protegendo o modo sustentável de uso do solo.

As demandas dos três grupos apresentados foram similares, apontando os seguintes aspectos:

- Incentivos para o desenvolvimento de mais atividades ligadas à agroecologia e produção sustentável;
- Maquinário, insumos e infraestrutura para trabalho;
- Formação e capacitação para continuar produzindo e vendendo;
- Brigada de incêndio e equipamento para combate ao fogo;
- Ações sociais para inclusão de jovens, mulheres e idosos.

Encerrada a atividade, os participantes foram liberados para o almoço em torno das 12:00 hrs.

No retorno, foi falado sobre a última atividade da oficina, que era a escolha das representações para participar da audiência pública, prevista para acontecer em julho de 2025. A moderação reforçou as características para aqueles que se dispuserem a estar nessa função: uma pessoa que tivesse disponibilidade de tempo e capacidade/facilidade de se comunicar com as outras pessoas da comunidade.

Para obedecer às regras de igualdade de gênero, ficou decidido que teriam que ser escolhidas quatro pessoas como representantes: dois homens e duas mulheres.

De forma democrática, ficou decidido que a Maria Guanamar Soares de Souza (FETAET), Jadson Monteiro de Andrade (Associação dos Produtores e Produtoras Familiares da PA Tarumã), Ismailde Vieira de Oliveira (Associação de Pequenos e Médios Produtores Rurais da PA da Mata) e Alice Alves dos Santos (Presidente da

Associação Mulheres Unidas de Ponte Alta), serão os representantes eleitos da oficina.

Avaliação e encerramento

Foi solicitado que os participantes avaliassem a dinâmica do terceiro dia do encontro, com a possibilidade de escrever notas adesivas sobre a percepção individual das atividades desenvolvidas (pontos positivos em verde, pontos a melhorar em rosa).

A oficina foi finalizada com a leitura da Ajuda Memória, de modo a reforçar tudo o que foi produzido e decidido durante os três dias de encontro. Na leitura, foram declarados os objetivos do evento, as pautas discutidas, os acordos e propostas desenhadas, o papel e as responsabilidades dos representantes escolhidos. Em seguida, após serem questionados se algo deveria ser acrescentado ou retirado do documento apresentado e não haver contestação, todos os presentes assinaram a Ajuda Memória. Foi encerrado oficialmente às 13:40 da tarde, com entrega de certificados a todos os participantes.

IDENTIFICAÇÃO DE DEMANDAS E AÇÕES PRIORITÁRIAS

Os participantes contribuíram ativamente nas discussões dos três dias de oficina. Foram informados sobre os termos das palavras que envolvem o Programa JREDD+. Expuseram indignações e problemas que enfrentam diariamente, como a falta de recursos financeiros, de conhecimento técnico, a falta de maquinários para trabalhar, de infraestrutura, a falta de assistência e a dificuldade de lidar com o Poder Público.

Maquinários e Insumos:

- Despolpadeiras
- Câmara Fria/Freezer
- Energia renovável (placa solar)
- Desidratadoras
- Tratores
- Caminhão Baú
- Calcário, adubos e sementes
- Implementos agrícolas
- Correção de solo
- Triturador para ração animal
- Caixas, embalagens e rótulos
- Espaço para armazenamento

Agroecologia e produção sustentável:

- Banco de sementes crioulas
- Viveiros de mudas nativas e árvores frutíferas
- Recuperação de nascentes e áreas degradadas
- Aproveitamento de resíduos da produção
- Pecuária leiteira na agricultura familiar com mecanização da extração de leite.

Combate ao fogo e proteção de áreas:

- Brigadas de incêndio
- Caminhão pipa
- Cercas para áreas de reserva
- Equipamentos de proteção individual (EPI) para os brigadistas.

Assistência técnica:

- para comercialização
- para organizações se regularizarem e atualizarem a documentação legal
- para as lideranças das organizações
- para desenvolver estratégias de acesso às redes de supermercado
- para orientação de como acessar os editais
- para prestação de contas
- para monitoramento da qualidade da água.

Selos, certificações, autorizações e licenças:

- específico para agricultura familiar
- municipais, estaduais e federais.

Infraestrutura:

- Estrada e acessos
- Internet
- Transporte (coletivo/ônibus)
- Poços artesianos
- Represas e cacimbas.

Estruturação e fortalecimento territorial:

- Criar rede de jovens para divulgação dos produtos da agricultura familiar nas redes sociais
- Promover intercâmbio
- Linhas de incentivo para estrutura das associações: computadores, veículos, estrutura físicas, técnicos, bebedouros, etc.
- Ações para jovens, mulheres e terceira idade
- Compensação financeira para quem preserva
- Reestruturas projetos existentes
- Agroindústria familiar: aves, ovos, suínos, piscicultura, apicultura, engenho, casa de farinha, café sustentável.

REPRESENTANTES SELECIONADOS PARA AUDIÊNCIA PÚBLICA EM PALMAS

- Maria Guanamar Soares de Souza (FETAET);
- Jadson Monteiro de Andrade (Associação dos Produtores e Produtoras Familiares da PA Tarumã);
- Ismailde Vieira de Oliveira (Associação de Pequenos e Médios Produtores Rurais da PA da Mata);
- Alice Alves dos Santos (Presidente da Associação Mulheres Unidas de Ponte Alta).

RELATÓRIO FOTOGRÁFICO

DIA 01: SEXTA-FEIRA, 21 DE MARÇO DE 2025



Abertura da Oficina Participativa

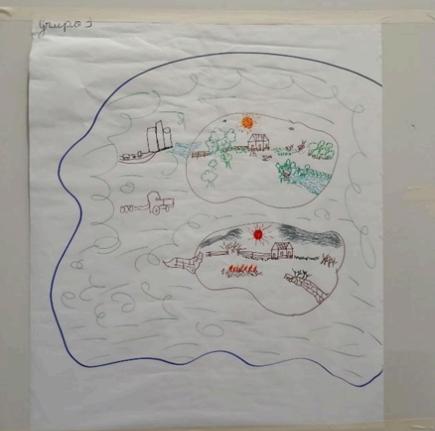
Abertura da Oficina Participativa

DIA 02: SÁBADO, 22 DE MARÇO DE 2025



Discussão e desenvolvimento do trabalho em grupo

Discussão e desenvolvimento do trabalho em grupo

	
Material produzido pelo Grupo 1	Material produzido pelo Grupo 2
	
Material produzido pelo Grupo 3	Apresentação dos grupos
	
Apresentação dos grupos	Apresentação dos grupos

DIA 03: DOMINGO, 23 DE MARÇO DE 2025



Identificação das ações prioritárias

Identificação das ações prioritárias